

ANC 89 HOU X

Comissão aprova poderes inéditos no Brasil para Congresso Nacional

Da Sucursal de Brasília

O Congresso Nacional será investido de poderes inéditos no Brasil, caso o Congresso constituinte ratifique as deliberações tomadas ontem por sua Comissão de Sistematização. A comissão aprovou as emendas ao capítulo do substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que trata do Poder Legislativo. O fato foi anotado pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), 58, de centro-esquerda, que é co-autor do texto aprovado, já que foi relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que tratou do Poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Durante a sessão da Comissão de Sistematização, Ferreira Lima afirmou à Folha que "o Congresso Nacional adquire agora poderes sem precedentes na história do país".



Os deputados José Genoíno (PT-SP), à dir., e Nelson Jobim (PMDB-RS) conversam na Sistematização

A aprovação do capítulo do Poder Legislativo, que precede um dos debates mais polêmicos do Congresso constituinte, sobre o sistema de governo, estava prevista para se encerrar por volta de 23h. Mas, antes disso, os aspectos essenciais do texto do substitutivo já estavam assegurados, por ampla maioria. Se o texto aprovado ontem for mantido na nova Constituição, caberá ao Congresso Nacional, com sanção do presidente da República, por exemplo, dispor sobre "critérios para classificação de documentos e informações oficiais sigilosos e prazos para a sua desclassificação" e sobre "sistema nacional de radiodifusão, telecomunicação e comunicação de massa". Passará a ser da competência exclusiva do Congresso, por exemplo, "autorizar a exploração de riquezas minerais em terras indígenas". E ao Senado caberá, a partir da promulgação da nova Carta, aprovar, por exemplo, os nomes do presidente e diretores do

Banco Central. Nenhuma destas atribuições consta do texto da Constituição em vigor.

Outra inovação aprovada ontem, inspirada no sistema norte-americano, é a faculdade que terão as comissões técnicas do Congresso, Senado ou Câmara, de aprovar projetos de lei, sem a necessidade de votação no plenário em qualquer das casas. O substitutivo também extingue com as figuras do decreto-lei e do decurso de prazo (pelo qual propostas do Poder Executivo ao Legislativo são aprovadas se não forem examinadas em determinado número de sessões). No lugar do decreto-lei podem surgir as "medidas provisórias", inspiradas na Constituição italiana. Estas medidas, de iniciativa do Executivo, perderão sua eficácia se não forem convertidas em lei pelo Congresso, num prazo de trinta dias.

Sua aprovação, porém, ainda não estava certa, ontem. O líder do PCB na Câmara e no Congresso constituinte, deputado Roberto Freire (PE), apresentou uma emenda ao substitutivo suprimindo a figura das "medidas provisórias". A emenda tinha sua votação prevista para a noite de ontem.

A disposição dos parlamentares em aumentar seus poderes foi sintetizada pela aprovação de uma emenda do deputado José Maria Eymael (PDC-SP), por 83 votos a 8 e uma abstenção. Foi derrubada a exigência contida no substitutivo pela qual os pedidos de informação aos ministros de Estado precisariam ser enviados por intermédios da Presidência da República. Os parlamentares poderão fazê-los diretamente aos ministros.

Todo o capítulo do Poder Legislativo foi concebido prevendo-se a aprovação do sistema parlamentarista de governo, o que deverá acontecer hoje. Logo pela manhã, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), presidencialista, apresentou uma questão de ordem pela qual, no caso de aprovação deste sistema de governo hoje, seria feita uma adaptação entre os dois capítulos. Ontem, Sant'Anna desistiu de lutar pelo presidencialismo. A emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), elaborada com a colaboração do consultor-geral da República, Saulo Ramos, que prevê o presidencialismo e um Poder Legislativo com poderes bem mais restritos em relação ao texto do substitutivo de Cabral, sequer foi apreciada pelo plenário da Comissão de Sistematização.

Assembléias estaduais já preparam constituintes

Da Reportagem Local

Os trabalhos das futuras constituintes estaduais, que pelo segundo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deverão ser instaladas cinco dias depois da promulgação da nova Constituição, já começam a ser

preparados pelas Assembléias Legislativas da maioria dos Estados.

Em São Paulo, a comissão encarregada desta discussão reuniu-se ontem e decidiu encaminhar a organização de um Encontro Nacional de Deputados Estaduais, que possibilite a troca de experiências entre os Estados. Além disso, o grupo de trabalho decidiu que continuará em

atividade durante o período de recessão parlamentar, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Constituída por onze deputados (de todos os partidos), a comissão paulista, presidida por Luis Carlos Santos (PMDB), definiu em suas primeiras reuniões três tarefas básicas. Segundo o secretário-geral da comissão, deputado Arnaldo Calil Jardim

(PMDB), 32, "iremos acompanhar as questões de interesse do Poder Legislativo e do Estado de São Paulo, em debate hoje no Congresso constituinte, sugerir à Mesa da Assembléia Legislativa a adoção de medidas preliminares de preparação da futura constituinte estadual e iniciar, desde já, a elaboração de um anteprojeto de regimento interno".

Governo terá que rever 423 processos de desapropriação

Da Sucursal de Brasília

O governo terá de rever 423 processos de desapropriação que já estavam concluídos antes da edição do decreto-lei nº 2.363, que alterou as regras para a obtenção de terras destinadas à reforma agrária. Deste total, 28 processos estão no Palácio do Planalto, a maioria esperando pela aprovação do presidente José Sarney desde julho e alguns desde março deste ano, totalizando 161.321 hectares, destinados ao assentamento de 4.278 famílias de agricultores sem terra.

No Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário estão os 395 processos restantes, que somam dois milhões de hectares, suficientes para o assentamento de 39 mil famílias. Há estimativa de que deste total 42 processos serão desprezados. Mesmo assim, no caso do presidente Sarney aprovar todos os processos, excluindo os atingidos pelas regras impostas pelo decreto-lei, a área desapropriada poderá se elevar para 4,2 milhões de hectares (o equivalente a quase duas vezes a superfície do Estado de Sergipe). Isto aumentará a capacidade de assentamento para 98 mil famílias, superando a meta estabelecida pelo Programa de Ação Governamental (PAG) de atender a oitenta mil famílias, até o final deste ano.

O maior número de desapropriações, dentre os processos que estão no Palácio do Planalto, recairá sobre o Estado do Paraná. Ali seriam desapropriados sete imóveis, que somam 41.505 hectares, para atender 321 famílias de lavradores. Por causa dos novos limites fixados pelo decreto-lei, apenas uma propriedade, com área inferior a 250 hectares, situada no município de Cantagalo, no Paraná, estará isenta de desapropriação.

No Estado de São Paulo estão previstas cinco desapropriações, totalizando 86.982 hectares, para o assentamento de 375 famílias de camponeses. Em São Paulo, nenhuma desapropriação seria descartada com base no decreto-lei nº 2.363. Todos os imóveis rurais possuem área superior a 250 hectares. Se

Revogação de lei pode restituir terras a Estados

O Conselho de Segurança Nacional começou na semana passada uma consulta entre todos os ministros que o compõem para saber da conveniência de o governo revogar o decreto-lei de nº 1.164 que, em 1971 (governo Médici), declarou de propriedade da União as terras localizadas na faixa de 100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Goiás, Mato Grosso e territórios federais de Roraima e Amapá.

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jádor Barbalho, já adiantou a sua posição: "Se depender de mim, o 1.164 será revogado". Segundo o ministro, o decreto-lei retirou dos Estados uma faixa de terra considerável, deixando os governos estaduais sem a menor condição de gerenciar o problema fundiário.

aprovadas todas estas novas desapropriações, São Paulo aumentará a área desapropriada para 166.868 hectares e poderá atender a 3.587 famílias.

O mesmo, entretanto, não acontecerá nos Estados de Mato Grosso e Paraíba. No Mato Grosso havia previsão de serem desapropriados 4.944 hectares, superfície correspondente à soma das áreas de três imóveis, para o assentamento de 135 famílias. Um destes imóveis, situado no município de Nova Brasilândia, será desprezado por ter área inferior a mil hectares. A situação é idêntica na Paraíba. Um imóvel de 152 hectares, localizado no município de Alagoa Grande, não será desapropriado para o assentamento de seis famílias. No Nordeste, estão isentos de desapropriação imóveis com área de até quinhentos hectares.

Briga de TVs na Bahia gera pedido de intervenção no Rio

CLÓVIS ROSSI

Da Reportagem Local

A disputa judicial pelo direito de retransmitir para a Bahia a programação da Rede Globo de Televisão vai provocar um desdobramento insólito: pedido de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Constituição ainda em vigor.

Motivo, igualmente insólito: os autos do processo foram avocados pelo procurador-geral de Justiça, Antônio Carlos Navegas, há dois meses e nunca mais apareceram, nem mesmo depois de uma expedição judicial de busca e apreensão. "É um fato sem precedentes na história judiciária do país: determinar o cumprimento da lei àquele que, por ofício, deve ser o seu guardião", diz o deputado federal Luiz Viana Neto (PMDB-BA), um dos sócios da TV Aratu.

Para tentar levar adiante o processo judicial, bloqueado pela ação do procurador, é que os advogados da

emissora baiana estão preparando o pedido de intervenção federal no Rio de Janeiro. A gestão política já se esgotou, na medida em que o governador da Bahia, Waldir Pires, também do PMDB, conservou pelo menos dez vezes com seu colega fluminense, Wellington Moreira Franco, sem conseguir desatar o nó.

A briga das TVs baianas começou após as eleições de 1986, vencidas pelo PMDB de Waldir Pires e Luiz Viana Neto contra o PFL do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães. Até então, a TV Aratu, de propriedade dos Viana, do PMDB, transmitia a programação da Globo. Mas o ministro das Comunicações conseguiu o direito de retransmissão para a emissora à qual é ligado, a TV Bahia, o que originou a disputa judicial, que já havia chegado à etapa de instrução e julgamento quando o procurador Navegas solicitou os autos e eles não mais voltaram à Câmara Cível em que se encontravam.

Comissão teme luta entre garimpeiros e os ianomami

Da Redação da Folha

A coordenadora da Comissão de Criação do Parque Ianomami, Cláudia Andujar, disse ontem, em São Paulo, que três mil garimpeiros estão se aproximando de um conjunto de aldeias dos índios ianomami, com cerca de quatrocentos habitantes. Cláudia disse temer as consequências de um eventual conflito.

Segundo o presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), José Altino Machado, há três mil garimpeiros estão de fato trabalhando em uma área próxima ao posto indígena Paapiu, Parque dos Ianomami — a noroeste de Roraima. "Enquanto a Funai não demarcar as áreas indígenas, problemas como esse vão acontecer sempre", afirmou.

Segundo o superintendente adjunto da Fundação Nacional do Índio



(Funai) em Manaus, José Ribamar Caldas Lima Filho, 33, "rós já pedimos apoio da PF e Forças Armadas para evacuar os garimpeiros", disse ele, "mas chegam novos grupos. Fica difícil retirar todos".

Em debate, jornalista defende fim do diploma obrigatório

Da Redação da Folha

O jornalista Boris Casoy, membro do Conselho Editorial e analista político da Folha, defendeu antontem à noite, em Santos (SP), a abertura do mercado de trabalho na imprensa, com o fim da exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista. Ele classificou a necessidade legal do diploma como "um grave empecilho à cultura e à informação, em detrimento do leitor".

Casoy colocou essas posições pe-

rante 130 alunos e professores da Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de Santos, em debate com o jornalista Robson Moreira, presidente do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, em painel do 12º Encontro Regional de Jornalismo, denominado "O papel da universidade na formação do jornalista". Moreira defendeu a exigência como "uma conquista da categoria", e acusou os empresários de comunicação de moverem campanha contra o diploma "por interesses econômicos".